

Migrações e Fronteiras na História Indígena (antes chamada Pré-História)

André Luis R. Soares

Universidade Federal de Santa Maria- UFSM, andre.soares@ufsm.br

Resumo: Se as migrações são um fenômeno humano, desde muito tempo anterior a espécie sapiens, as fronteiras têm sido debatidas com mais intensidade a partir da criação dos estados nacionais. Ao mesmo tempo, o quadro geral que é pintado em relação a chamada “pré-história” das Américas, é que estas sociedades que não possuíam Estado eram estáticas e viviam um “eterno presente etnográfico”. Este trabalho busca discutir ambos aspectos, as migrações e fronteiras na História Indígena, que é dinâmica em diversos aspectos, principalmente ao olhar da arqueologia. Neste sentido, também cabe apresentar como o conceito de pré-história, embora ainda corrente nos livros didáticos, deve ser combatido e repensado.

Palavras chave: Migrações; Fronteiras; Pré-História; História Indígena

Resumen: Si las migraciones son un fenómeno humano, mucho antes que la especie sapiens, las fronteras se debaten con más intensidad desde la creación de los estados nacionales. Al mismo tiempo, el cuadro general que se pinta en relación a la llamada “prehistoria” de las Américas es que estas sociedades que no poseían Estado eran estáticas y vivían en un “eterno presente etnográfico”. Este trabajo busca discutir ambos aspectos, migraciones y fronteras en la Historia Indígena, que es dinámica en varios aspectos, principalmente desde el punto de vista de la arqueología. En este sentido, también es importante presentar cómo el concepto de prehistoria, aunque todavía vigente en los libros de texto, debe ser combatido y repensado.

Palabras llave: Migraciones; Fronteras; Prehistoria; Historia indígena

Abstract: If migrations are a human phenomenon, since long before the species sapiens, borders have been debated with more intensity since the creation of national states. At the same time, the general picture that is painted in relation to the so-called “prehistory” of the Americas is that these stateless societies were static and lived in an “eternal ethnographic present”. This work seeks to discuss both aspects, migrations and borders in Indigenous History, which is dynamic in several aspects, mainly from the point of view of archeology. In this sense, it is also important to present how the concept of prehistory, although still current in textbooks, must be fought and rethought.

Key words : Migrations; Borders; Pre-history; Indigenous History

Introdução

Este texto é uma reflexão sobre alguns pontos que devem ser discutidos quando tratamos dos povos originários do Brasil, do estado do Rio Grande do Sul e países vizinhos. Cada questão apresentada pode ser aprofundada praticamente sem limites, mas é importante um pontapé inicial sobre pontos que são repetidas acriticamente, como alguns termos que já conquistaram livros didáticos e acadêmicos. Vou começar por “índios” e “pré-História”.

Os termos “índios” e “indígenas” foi consagrado após alguns anos de colonização ibérica na América, pois os primeiros contatos referiam-se aos “negros da terra”, em alusão ao tom de pele dos nativos. O engano de Cristóvão Colombo ao acreditar ter chegado nas Índias Orientais levou o termo ao seu uso em larga escala, lembrando que, ao invés de se modificar a terminologia, adotou-se os termos “Índias Orientais” e “Índias Ocidentais”. Uma vez que não havia registro de escrita entre estes povos, pelo menos

não no formato conhecido pelos europeus, taxou-se como “povos ágrafos” a todos os habitantes das Américas no século XVI, o que permanece como equivoco redundante, haja vista todas as manifestações culturais e linguagens dos povos originários. A pergunta frequente é: uma vez que sabemos que estas sociedades têm culturas, linguagens, formas de organização social, mitologias e tantas outras coisas distintas dos europeus e de outros, por que se persiste na nomenclatura de índios? A resposta é simples: porque mantém o discurso dominante e hegemônico de supremacia racial branca, europeia, católica, entre outras características. Muito antes dos primeiros sinais de pensamento eugenista no Brasil, no século XIX, a invisibilidade sobre os povos originários é escrachada. Mesmo sendo a segunda maior população durante o período colonial (quicá a primeira, embora não se tenham dados precisos), as diversas constituições do país até o século XX vão tratar a questão “indígena” de forma ora condescendente, ora com intuito de “enquadramento” das sociedades, rumo a noção de progresso vigente na época. Durante a ditadura civil-militar (1964-1985), as associações indígenas foram consideradas “subversivas” e perigosas ao regime (Brighenti, 2020), tal o seu papel na luta pelos direitos.

Também é importante destacar a falácia da terminologia ‘pré-história’, e a partir daqui começamos parte da discussão sobre fronteiras e migrações na História Indígena, antes chamada de pré-história.

História Indígena

O termo pré-história foi cunhado na Europa, e consagrado como período anterior a História, leia-se, história escrita. Dado os problemas de interpretação sobre sociedades com escrita e sem tradução, criou-se por extensão o termo “proto-história”, arremedo que não ganhou muitos fãs ao sul do Equador, e raramente aparece em algum texto. Então, em um processo de explicação classificatória, as sociedades ágrafas se encontravam na “pré-História” da Humanidade, ou seja, nos primórdios das técnicas, organização social e, principalmente, em um “eterno presente etnográfico”, no qual não havia mudanças significativas e a narrativa de fatos ou eventos ficava sufocada pela dimensão europeia do ser e fazer historiográfico (Cunha, 1992, p.12). O “eterno presente etnográfico” (Fausto, 1997 Apud Soares, 2003: 45) foi um termo utilizado por diversos antropólogos ao referirem-se aos trabalhos que, ao relatarem as suas vivências com sociedades indígenas, esvaziavam a temporalidade como fator relevante. Assim, ao relatarem suas visitas ou experiências, desconheciam ciclos de longa duração, ou ainda, registravam festas e rituais como continuidades de ciclos curtos, como um instantâneo fotográfico de

determinada comunidade fosse para todo o sempre. O desconhecimento a respeito das diferentes temporalidades nas comunidades originárias tem provocado erros sobre erros no que concerne a História, pois uma das alegações mais tradicionais refere-se ao argumento que ‘indígenas não tem história’, pois ela só teria marcos temporais a partir do contato com o europeu (e nem um outro povo).

Considero importante este esclarecimento porque a consagração do termo pré-história nunca foi questionada seriamente antes do advento da preposição de uma “história indígena”, comprovando não somente as dinâmicas das distintas sociedades, suas idiossincrasias, língua, religião e sociedades distintas, bem como a construção de uma História decolonial, que considere a existência de filosofias tão ou mais antigas que a grega, seja em África Ásia ou América.

É justamente a partir do reconhecimento desta historicidade, tantas vezes negada em nome do imperialismo e do colonialismo, que se faz necessário repensar que moldes orientam a escrita de uma História Indígena. Em primeiro lugar, qual o lugar de fala: se a história é indígena, quando deveria ser começada a ser contada? Depois, as fontes: se consideramos o parâmetro da escrita como uma invenção europeia (o parâmetro, não a escrita), uma perspectiva descolonizadora tomará como fontes primárias as manifestações culturais destas sociedades, não importa o quão antigas sejam: daí a importância da arqueologia, dos estudos da cultura material, das mudanças antrópicas do ser humano na paisagem, e por que não dizer, das manifestações artísticas registradas nas rochas, paredes de cavernas e grutas, que gritam para quem tem ouvidos para ouvir. As datações de, pelo menos, 25 mil anos para a arte rupestre no Brasil, apontam a presença humana, em toda a sua genialidade sapiens, em diferentes Tradições Arqueológicas, que apontam para diferentes grupos humanos com distintas manifestações artísticas e estilísticas, em diferentes momentos, em diferentes lugares. Sem me deter em o quanto a arqueologia é importante para a constituição de uma História Indígena, o fato é que a ocupação da América é anterior ao paradigma de Clóvis com seus 12 mil anos e a última transgressão marinha.

Reconhecer isso é tarefa para acadêmicos e estudantes de diversas áreas, não somente por justiça cronológica, mas pelo significado que isso atribui. Em outras palavras, entender as várias e distintas complexidades, quando os arqueólogos afirmam existir uma Stonehenge brasileira (no município de Calçoene, no Amapá), ou ainda aldeias ligadas por estradas de quase dez quilômetros de distância na Amazônia (Neves,

s.d.)¹. A ideia da Stonehenge brasileira pode ser difícil de assimilar: grupos humanos que se reuniam há mais de 2 mil anos para observar o solstício e o equinócio para discernir a época de plantio, colheita, etc., em plena linha equatorial. Falar em estradas ligando aldeias, algumas tendo dez quilômetros de distância, largura entre 30 e 60 metros, é ainda mais difícil de engolir, quando se trata dos nativos brasileiros. Isto porque um dos ícones da “pré-história” brasileira, no que concerne aos nativos, é a inexistência de monumentos ou construções perenes, ou mesmo a ausência de estados.

Ainda, outra lenda urbana (ou colonial?) são os vazios demográficos encontrados pelos viajantes e exploradores na conquista do território brasileiro. Cunha (1992, p. 13) trata da temática das doenças, germes e guerra bacteriológica nos alvares do século XVI, quando a migração de objetos coloniais caminha *pari passu* com as doenças e pandemias aos quais os nativos sul americanos não tinham resistência. É de ressaltar os estudos demográficos, a serem severamente refeitos, dado que as dimensões das mortes ainda não são precisamente contabilizadas (Noelli e Soares, 1997). Talvez o exemplo mais famoso seja a passagem de José de Anchieta no litoral brasileiro, uma vez que o jesuíta tinha tuberculose óssea, e dificilmente esta seria sua única enfermidade. Pode-se imaginar os efeitos de sua pregação seguida por enfermidades aos quais os nativos não tinham resistência, e assim sua chegada deveria ser seguida ou mesmo antecedida pelo sopro da morte, haja visto que os nativos do litoral tinham vasta rede de caminhos ligando as aldeias do litoral ao interior. Qualquer emissário ou correio entre os indígenas poderia estar levando, além da boa nova, uma quantidade desconhecida de vírus, germes ou bactérias.

Mas de que forma esta questão determina a História Indígena? Na verdade, o que se afirma é que as sociedades indígenas, desde o período colonial, foram marginalizadas, espoliadas, exploradas, usadas como mão-de-obra, violentadas física e culturalmente, e só através de sua resistência e oposição a todos estes elementos é que existem e persistem até hoje. Não é para menos que os movimentos organizados forçam a política nacional a diversos destaques na constituição de 1988. Só através da mobilização nacional é que foi reconhecido os direitos de posse consuetudinárias, que agora estão sendo revisitadas pelo “marco temporal”, ou seja, desconhecer todas as áreas que não eram indígenas em 1988, dado que recém havíamos saído da ditadura civil-militar. O “marco temporal”, para aqueles que desconhecem, é um projeto de lei que reconhece apenas os territórios

¹ <https://revistapesquisa.fapesp.br/povos-interligados-da-amazonia-antiga/>

indígenas existentes em 1988, ano da constituição brasileira. Recém-saídas da ditadura civil-militar, é fácil perceber que a maioria das Terras Indígenas não eram reconhecidas, apesar das lutas seculares. Assim, o marco temporal pretende não somente não reconhecer novas áreas, mas principalmente des-marcar as áreas indígenas que foram reconhecidas a partir de 1988. Maiores explicações são desnecessárias.

Repensar a História Indígena é sair do ponto de vista eurocêntrico, branco ou colonizador: Não são miseráveis, coitados ou ignorantes; tampouco bárbaros, selvagens ou inocentes ingênuos; de há muito que a questão indígena está contaminada de visões binárias e excludentes, desde o “beau sauvage” até o canibal. Falta, e muito, o ‘olhar distanciado’ descrito por Lévi-Strauss (1986). Não é demais ressaltar que a origem do “beau sauvage” (o belo selvagem) está nos primeiros contatos entre europeus e indígenas. Contraste óbvio entre uma Europa mal saída do medievo (com toda sua falta de higiene), e os nativos tupiniquins (com seus vários banhos por dia), não era difícil observar, na nudez tropical, os efeitos do sol, dos hábitos alimentares e dos seus efeitos sobre o corpo. Relatos de doenças vindas do velho continente ou adquiridas pela viagem são abundantes, ao passo que não são poucas as descrições da beleza dos corpos nus. Na medida que a colonização avança e os nativos não se submetem aos trabalhos forçados ou a servidão, são alçados a bárbaros “sem fé, lei ou rei”, nas palavras de Pero de Magalhães, os pilares da exploração em todas as colônias. Não é à toa que as “guerras justas” são endossadas pelo Papa, haja vista a necessidade de conversão/exploração dos ‘infiéis’ (Bula "Sublimus Dei", promulgada em 2 de junho de 1537 pelo papa Paulo III).²

As dicotomias seguem cotidianamente: “isolados”, “aldeados”, “sem contato”, “urbanos”, em classificações rudimentares que, na essência, nunca foram perguntadas aos seus atores originais. O senso comum amplia a discriminação, jogando a condição indígena ao norte ou centro-oeste do país, e excluindo os outros povos a condição de “não-puros”, misturados”, miscigenados, ou, mais cotidianamente, “bugres”, o pejorativo que não reconhece e não respeita os processos históricos pelo qual as pessoas e sociedades passaram ao longo de 500 anos de invasão. Os povos originários nos estados do Sul, Sudeste e Nordeste do país lutam primeiramente pelo reconhecimento a condição de povos tradicionais, apesar da insistência em sua negação por parte dos não-índios. Entender uma história que parte da quebra de vários paradigmas é um exercício árduo e

²Veja mais em <https://noticias.uol.com.br/ciencia/ultimas-noticias/darwin-e-deus/2013/08/27/a-igreja-declarou-que-indios-e-negros-nao-tinham-alma.htm>, último acesso em 19 de junho de 2022.

contínuo, destarte frutífero, sendo levado a sério nas várias perspectivas que a envolvem. No meu caso, vou tratar das migrações dos povos antes dos registros históricos, dos colonizadores, dos viajantes, enfim, dos europeus.

Dois detalhes importantes que a arqueologia contribui para o estudo da História Indígena: 1º a temporalidade; 2º a diversidade. A temporalidade mostra ocupações humanas desde pelo menos 20 mil anos atrás, reconhecidas em escala global. Outras datas mais antigas, que apontam em direção a 35 mil anos e 50 mil anos, além de isoladas, não encontram reconhecimento em diversos pesquisadores. Destarte o pensamento colonial presente na arqueologia, inclusive em muitos arqueólogos brasileiros, o fato de termos as datas muito recuadas em pontos e casos isolados, coloca em dúvida a validade ou ainda o sensacionalismo utilizado para promoção de algumas pesquisas. Este é um ponto ao qual não vou me deter, que é a busca do sensacionalismo ou o efeito “mais antigo” para captação de recursos, mídia, divulgação e apelo social. Fato é que, quando temos vários conjuntos de datas, coerentes entre si e espalhadas no território, podemos pressupor que a data de 20 mil anos para o centro do país e 13 mil anos para a bacia do rio da Prata, são dados bem documentados (Suarez, 2011).

O segundo detalhe importante é a diversidade: embora os arqueólogos utilizem os termos “tradição” e “fase” para explicar o conjunto de artefatos assemelhados ao longo do tempo e do espaço, parece óbvio apontar que Tradição Arqueológica não tem correspondência com grupos humanos, ou dito de outra forma, uma Tradição Arqueológica não se refere a uma cultura ou etnia, mas sim a uma tecnologia de manufatura de materiais. Assim, a Tradição Umbú, que tem como seu representante material as pontas de projéteis, vulgarmente conhecidas como pontas de flecha ou pontas de lança, se estende temporalmente por mais de 8 mil anos e por um território que vai do centro da Argentina até o sul do estado de São Paulo, no Brasil. Embora sejam encontradas pontas líticas em todo este território, deve-se destacar que muito provavelmente não correspondem a um único grupo (Araújo, 2004). De fato, ao tratar-se de uma “tradição tecnológica”, é muito provável que esta tenha sido compartilhada por distintos grupos, como proposto por Araújo (op.cit) e também as nuances que encontramos nas pontas de projéteis, desde as pontas “rabo de peixe” a outras com ou sem aletas, entre várias pequenas diferenças estilísticas existentes.

As fronteiras no passado

Tratar do estado do Rio Grande do Sul, com todo o seu território, seria tarefa vasta, e ao mesmo tempo ingrata, dado que são vários ambientes e até biomas diferentes. A

Mata Atlântica divide com o bioma Pampa o território sulino, ao qual faz fronteira com os países platinos do Uruguai e Argentina. Por outro lado, a geografia do estado é mais complexa: além da planície litorânea, os campos de cima da serra com as florestas de Araucária angustifolia, a Depressão central com as várzeas dos grandes rios, além do escudo sulriograndense com as “coxilhas”, formam um mosaico em escala diminuta de diversos ambientes entre as áreas florestadas de mata atlântica e diferentes tipos de campos na Pampa.

Aqui, somente para fins de um estudo de caso, vou apresentar o centro do Estado do RS, na região da Quarta Colônia de Imigração Italiana, atual território da proposta de Geoparque Quarta Colônia, para mostrar a questão de fronteiras no que concerne aos territórios indígenas. A proposta não é de balde: além do encontro entre os dois biomas citados, ainda é o palco de diferentes Tradições Arqueológicas, algumas delas conhecidas somente pela cultura material, o que nos permite pensar grupos humanos distintos com tecnologias excludentes.

Por fim, excetuando a planície costeira marinha com outra tipologia de ocupações (os sambaquis) o território estudado possui registros de todas as culturas arqueológicas conhecidas no Estado, tanto de forma típica como tendo exceções que confirmam as regras de ocupação do território seguindo critérios ambientais, mesmo que distantes na cronologia. Não custa lembrar que a parcela da cultura material que os arqueólogos trabalham é diminuta, pois somente sobrevivem ao tempo os artefatos de pedra e cerâmica, e em muito menor escala os objetos de ossos, madeira, conchas, ou ainda mais raramente carvões e restos de alimentos. Embora os micro vestígios sejam talvez a fonte mais rica e mais abundante dos sítios arqueológicos, ainda não poucos os trabalhos que se detém sobre os fitólitos, amidos e outros componentes fora do alcance do olho nu (Pereira, 2013).

Assim sendo, a partir das evidências materiais que sobreviveram, os arqueólogos procuraram classificar os materiais encontrados, considerando semelhanças e diferenças. Neste intuito, estabeleceram grupo de elementos ou técnicas, com persistência temporal, denominadas Tradições (CHMYZ, 1976). As Tradições arqueológicas são um conjunto de artefatos conhecidos que, além da permanência temporal, também possui dispersão espacial considerável. Assim, a partir de alguns elementos diagnósticos, podemos dizer que os sítios pertencem a uma ou outra tradição. Um conceito básico para este trabalho é o de sítio arqueológico e ocorrência arqueológica. Segundo Morais (1999) “sítio arqueológico é a menor unidade do espaço passível de investigação, dotada de objetos

intencionalmente produzidos ou rearranjados, que testemunham as ações de sociedades do passado” (1999, p.13) e complementa “Plog & Hill dão a base do que será chamado ‘local de interesse arqueológico’: a descoberta isolada” (idem, p.13). No caso deste trabalho, vamos considerar os sítios arqueológicos cadastrados no Laboratório de Arqueologia, Sociedades e Culturas das Américas- LASCA da Universidade Federal de Santa Maria-UFSM, e no Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas-CEPA da Universidade de Santa Cruz do Sul-UNISC, bem como as informações oportunistas, trazidas por moradores da região, que buscam no laboratório informações sobre os achados em suas propriedades. O termo “ocorrência”, utilizado aqui, será representado pelo que Morais definiu como ‘descoberta isolada’: não se sabe se trata-se de sítio arqueológico, de achado fortuito, e ainda menos sobre as condições de preservação destes locais. Sendo assim, consideramos as informações oportunistas válidas, porém, sem a garantia de registro de sítio arqueológico. Para fins de reconhecimento dos registros na paisagem e território, as informações são consideradas válidas para este estudo.

As tradições líticas mais recorrentes no estado do RS são as Tradições Umbú e Humaitá, que podem ser assim descritas: Tradição Umbú: associada a sociedades caçadoras e coletoras, sua idade estimada é entre 12 mil anos e 600 anos antes do presente (Noelli, 2000). Seu objeto diagnóstico são as pontas de flecha em pedra lascada, que possuem formas bastante diversas, com pedúnculos, aletas, serrilhas e outros detalhes muito diversificados.

Estas pontas de projétil são bastante conhecidas no território do Geoparque Quarta Colônia Aspirante Unesco, principalmente nas áreas de campos abertos e em altitudes mais elevadas na porção norte do território. Embora os sítios arqueológicos registrados sejam em número pequeno, os achados fortuitos – ocorrências arqueológicas - e as coleções depositadas em museus municipais confirmam áreas de encosta e maiores altitudes como espaço recorrente destes grupos. Neste sentido, as pontas produzidas pelas sociedades caçadoras têm uma expansão sobre praticamente toda a área de campos no Rio Grande do Sul, independentemente de sua altitude. Do ponto de vista das fronteiras, no passado mais remoto da Tradição Umbú, entre 8.000 e 1.000 anos atrás, estes povos circulavam por quase todo o território.

Também pertencentes a denominada Tradição Umbú, porém produzidas de forma polida, ao contrário da técnica de lascamento, estão as chamadas bolas de boleadeira. São pedras em forma aproximada de esfera, com um sulco em sua linha mediana, produzida de forma picoteada ou lascada, utilizadas com auxílio de tiras de couro ou vegetais para

serem utilizadas em arremesso contra caça ou em combate. Em escala menor, encontram-se boleadeiras com protuberâncias, chamadas boleadeiras mamilares, às quais se atribuiu o uso em guerras. Um detalhe histórico importante é a associação entre o uso de boleadeiras e índios conhecidos como Charruas e Minuanos, que habitavam as áreas planas e campos das planícies fluviais de inundação. No caso das evidências nos municípios da Quarta Colônia, também são comuns os achados fortuitos de boleadeiras nas planícies alagadas e várzeas dos cursos d'água. Menos frequente, é a presença de boleadeiras nas encostas e nas altas altitudes. Considerando a expansão dos grupos portadores de boleadeiras, registramos as áreas abertas do Pampa, e nas coxilhas do Escudo Sulriograndense, como área de maior presença destas peças. No entanto, não é incomum encontrar boleadeiras nas encostas da serra geral, ou mesmo os vales encaixados do centro do Estado, o que corrobora a proposta de fronteiras fluidas entre estes grupos humanos.

Também associado aos caçadores da Tradição Umbú são os registros de arte rupestre em abrigos, como é o caso do Abrigo de Caemborá, localizado no município de Nova Palma. Este abrigo, datado de 3.300 anos antes do presente (Lima, 2005, p. 29), é consoante com outros abrigos com presença de arte rupestre na região central do estado, como no Abrigo Pedra Grande (município de São Pedro do Sul) ou ainda mais distante, como Bom Jardim Velho (município de São Sebastião do Caí). Os grafismos (uma vez que não se encontram pinturas) são realizados pela técnica de picoteamento, com motivos geométricos ao qual foram designados como “pegadas de aves”, “pegadas de felinos”, ou ainda outros elementos geométricos, como círculos, linhas paralelas, etc. Mesmo considerando todas estas manifestações como uma única Tradição Arqueológica, deve-se destacar que, muito provavelmente, estamos tratando de distintos grupos humanos que não podemos atribuir nenhuma etnicidade conhecida, seja pela distância temporal ou por falta de analogias possíveis com grupos humanos conhecidos, com a exceção das informações históricas sobre os Charruas e Minuanos utilizarem-se de boleadeiras como armas de caça e guerra (Soares e Klamt, 2005).

A segunda Tradição Arqueológica presente na região trata-se da Tradição Humaitá. Composta por artefatos bifaciais pesados, lascados, muitos com formas curvas como um bumerangue. Estes objetos são encontrados em toda a encosta florestada, bem como nas áreas altas e também nos platôs da Serra Geral. Embora estes artefatos fossem chamados de ‘picões’, ‘talhadores’, ou ainda ‘raspadores’, seu uso ainda é desconhecido. Com datações estimadas entre 6.500 anos a 400 anos atrás (Noelli, 2000), ainda existem

mais dúvidas do que certezas sobre estes grupos humanos, se é que são grupos distintos, podendo tratar-se de outra tecnologia para outras atividades desenvolvidas por grupos ainda não identificados.

A tradição Humaitá é associada a grupos caçadores, embora essa classificação deva-se em função da presença de sítios somente com materiais líticos lascados. As pesquisadoras Adriana Schmidt Dias e Sirlei Hoeltz ventilam a hipótese de que alguns destes locais poderiam ser oficinas de horticultores para o plantio de seus roçados (Dias e Hoeltz, 2010). Ainda assim, restam muitas dúvidas sobre esta tradição, estabelecida sobre poucos sítios arqueológicos, e tendo como base a presença de um indicador (os bifaces) sem o conjunto da cultura material. A problemática é ampliada à medida que vemos locais no qual convivem, no mesmo território, sítios arqueológicos muito distintos, como as Tradições Vieira, Humaitá e Guarani, que é o caso do sítio do Pororó, que será apresentado adiante (Garcia, 2012).

A primeira Tradição ceramista que se tem notícia no estado do RS é a Tradição Vieira. Existem diversas controvérsias quando falamos desta Tradição, uma vez que um grupo de pesquisadores associam estas sociedades como caçadoras com uma cerâmica incipiente, ao passo que novas abordagens preferem apresentar a elaboração e decoração da cerâmica como um traço presente, porém pouco observado (Ribeiro, 2016). Normalmente associada aos cerritos das regiões alagadas e banhados, na região da Quarta Colônia temos uma exceção notável, que é o sítio do Pororó (Garcia, 2012; Milder, 2010). Localizado no município de Pinhal Grande, o sítio do Pororó foi classificado como Cerrito, dado a sua conformação espacial, um montículo construído artificialmente, em uma altitude de 518 metros acima do nível do mar. Com datações calibradas que variam entre 2.341 AP e 2.692 AP (Milder, 2010), este local é a demonstração de que os habitantes dos cerritos não construíam suas estruturas em função dos alagadiços, mas certamente tinham outras funções que ainda não estão claras. No caso do Sítio do Pororó, não há presença de material cerâmico, apenas lítico (Garcia, 2012). No entanto, a presença de cerritos com cerâmica não é incomum e tampouco casual, sendo que as pesquisas até o momento carecem de outros exemplares nas altitudes mais baixas. Em Santa Maria, no bairro Camobi, Milder e alunos escavaram o sítio denominado “cidade dos Meninos” (Milder e Correa, 2002), em uma área de cultivo de arroz, porém muito próxima a encosta da Serra Geral. Muito provavelmente o uso intensivo do solo e a antropização para cultivo de arroz e outros, tenham destruídos os remanescentes destas construções. O que fica claro, no entanto, é que a hipótese dos construtores de cerritos serem motivados por sua

instalação em áreas alagadas, não encontra respaldo tanto na encosta ou mesmo nas altitudes intermediárias do encontro entre a Depressão Central e a Serra Geral. Ao mesmo tempo, em se tratando de fronteiras demarcadas ambientalmente, a presença de um cerrito a mais de 500 metros acima do nível do mar, ainda exige esforço interpretativo.

A próxima Tradição Arqueológica é a Tradição Taquara, que consiste em um conjunto de artefatos líticos e cerâmicos associados as regiões mais altas da Quarta Colônia, próxima ou associada a área de dispersão dos pinheiros *Araucaria angustifolia*, o Pinheiro do Paraná, mais conhecido pela sua pinha comestível, o pinhão. Os materiais líticos mais frequentes são as mãos de pilão, que são blocos de basalto lacunar alisados, que servem para triturar em pilão, seja o pinhão cozido, o milho ou outro produto. A cerâmica da Tradição Taquara é assim descrita por Mentz Ribeiro (1991): “Seus vasos são de relativas pequenas dimensões, pouco mais de 50% decorados plasticamente, destacando-se vários tipos de ponteados, inciso pinçado, impresso com cestaria, unglado, etc.”

As datações mais antigas encontradas para o estado do RS estão ao redor do ano 200 da Era comum, ao passo que as mais recentes ao redor do século XVII (Araújo, 2007). No caso da região em questão, fragmentos de cerâmica foram identificados no município de Agudo (localidades como a Linha dos Pomeranos, Complexo da Serra), sendo que outras cidades possuem acervos nos museus, sem origem definida, como nas cidades de Pinhal Grande, Nova Palma e Ivorá. A presença de cerâmica da Tradição Taquara aos complexos de pinheirais, ou em suas proximidades, demonstra uma fronteira ambiental bem definida, e mesmo que em alguns lugares possa parecer mais fluida, podemos nos questionar os limites dos pinheirais em períodos mais recuados.

A Tradição arqueológica mais bem conhecida pela população é a Guarani, seja por que é associada aos grupos humanos do mesmo nome, ou porque sua expansão nas várzeas dos rios é bem conhecida. Nos museus municipais, em escolas (como a Escola Estadual de Ensino Fundamental Ana Löbler, localidade de Caemborá, Nova Palma), é comum encontrarem-se vasilhas arqueológicas com o nome genérico de “urnas funerárias”, ou igaçabas. Recorrentes nos vales dos rios, como no caso do rio Soturno (Milder, 2010, p. 50), as vasilhas são encontradas por agricultores, com suas ‘tampas’, devido ao contexto funerário, como por exemplo o sítio Moacir Rossato. Este não é um caso isolado, pois durante o salvamento arqueológico da área de inundação da usina hidrelétrica de Dona Francisca, Klamt pesquisou, em um único sítio, a presença de nove urnas funerárias, no sítio Valderi Scapini, às margens do rio Jacuí (Klamt et al, 2000;

Klamt, 2005, p. 105-109). As datações mais recuadas para esta tradição estão ao redor do início da Era comum (Noelli, 2000), e correspondem a região da Quarta Colônia, no rio Jacuí, no município de Agudo.

RESULTADOS

Os sítios arqueológicos e sua distribuição na paisagem apontam para critérios de escolha ambientais razoavelmente definidos, muito embora possamos afirmar que não há determinismo ambiental na escolha da implantação dos assentamentos. O cruzamento inicial entre a localização dos sítios arqueológicos no território do Geoparque Quarta Colônia Aspirante Unesco, associada as informações oportunísticas provenientes dos moradores, aqui tratadas como ocorrências arqueológicas, apontam algumas regularidades, e mesmo que possamos citar padrões de assentamento regulares para as distintas Tradições arqueológicas na região, as exceções corroboram as regras. Tendo como exemplo os sítios registrados por ocasião dos levantamentos para a Usina hidrelétrica de Dona Francisca (Klamt et all, 2000; Klamt, 2005), os trabalhos de levantamento e valorização do patrimônio arqueológico da Quarta Colônia (Milder, 2010), percebemos, mesmo com as exceções, que os grupos buscavam paisagens similares dentro deste território vasto, composto por um mosaico de formações geomorfológicas e ambientais distintas. Se por um lado os grupos horticultores como os Guaranis são bem conhecidos nas várzeas dos cursos hídricos, de grande ou médio porte, por outro lado, a Tradição Taquara é percebida nas áreas de floresta de araucária, ou mesmo a encosta de transição. Embora sem limites físicos rígidos, percebe-se a prevalência destas tipologias em detrimento de suas exceções.

Mesmo que algumas destas exceções sejam bastante curiosas, como o cerrito do arroio Pororó, localizado a mais de 500 metros acima do nível do mar, reitera seu caráter esporádico, isolado ou mesmo fronteiro ao mapa usual onde estas construções são encontradas.

Mesmo que as tradições líticas tenham contornos mais fluidos, o território ocupado pela tradição Humaitá ainda parece mais ligado as áreas florestadas do que aos campos ou várzeas dos rios. Diferente da Tradição Umbú, com suas manifestações diversas, podemos afirmar que os locais com arte rupestre seguem os afloramentos e matações de arenito, próximos das encostas.

CONCLUSÕES

Este trabalho visa apresentar que a temática de fronteiras e migrações é bastante anterior a constituição dos Estados Nações do século XIX. O que podemos observar é que desde a ocupação do território pelos povos originários, existe uma relação entre ambientes, ocupação e preferências que podem ser de caráter cultural, dos recursos disponíveis, entre diversos outros fatores. No caso da região central do Estado do Rio Grande do Sul, a confecção de um mapa arqueológico dos sítios, ocorrências e registros arqueológicos nos municípios que compõe o território do Geoparque Quarta Colônia Aspirante Unesco, na região central do Rio Grande do Sul, tem oportunizado observar os territórios e fronteiras no passado. Como tal, está longe de ser concluído. Porém, observa-se, a partir deste ponto de partida, alguns padrões perseguidos pelos povos que detinham diferentes tecnologias, e como os locais ocupados, apesar da grande variedade e variabilidade de ambientes na área de estudo, conservam características comuns que podem ter sido utilizados como referência para os assentamentos.

Compreender como a ocupação humana aconteceu neste mosaico de paisagens, ofertas e recursos, é a contribuição que a arqueologia pode cumprir neste período de incertezas.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Astolfo Gomes de Mello. 2007. A tradição cerâmica Itararé-Taquara: características, área de ocorrência e algumas hipóteses sobre a expansão dos grupos Jê no sudeste do Brasil. *Revista de Arqueologia*, 20, p. 09-38. ISSN: 1982-1999

ARAÚJO, Astolfo Gomes. 2004. A variabilidade cultural no período paleoíndio no Brasil (11.000- 8.000 AP): Algumas hipóteses. *Revista do CEPA, Santa Cruz do Sul*, v 28, n. 39, p. 111-130, jan/jun. ISSN: 0103-3093

ARQUIVOS do Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas – CEPA – Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC.

ARQUIVOS do Laboratório de Arqueologia, Sociedades e Culturas das Américas – LASCA – Universidade Federal de Santa Maria - UFSM.

BRIGHENTI, Clóvis Antonio. 2020. Agitadores e subversivos: Repressão, perseguição e violações dos direitos indígenas pela ditadura militar. *Perspectiva, Revista do Centro de Ciências da Educação*, v. 38, n.1, p.1-24, jan/mar. Florianópolis. ISSN: 2175-795X

CATÁLOGO. 2013. 12000 anos de História: arqueologia e pré-história do Rio Grande do Sul / *Catálogo da exposição organizado pelo Museu da UFRGS*, Porto Alegre, UFRGS.

CAZAUBON, Carmem de Sena. 2019. Povos Indígenas na Ditadura Militar: Relatos de Experiências Kaingang no Rio Grande do Sul. UFRGS, Porto Alegre, Trabalho de conclusão de curso, Bacharelado em História, 61p.

CHMYZ, I. 1976. Terminologia arqueológica brasileira para a cerâmica. *Cadernos de Arqueologia*, v.1, n.1:119-148.

CUNHA, Manuela Carneiro da. 1992. (org). História dos Índios no Brasil. São Paulo, Companhia das Letras, Secretaria Municipal da Cultura, FAPESP. Introdução, p. 09- 24. ISBN: 978-8571642607

DIAS, Adriana Schmidt Dias; HOELTZ, Sirlei Elaine. 2010. Indústrias Líticas em contexto: o problema Humaitá na Arqueologia Sul brasileira. *Revista de Arqueologia*. São Paulo: v.23, n.2, p.40-87. ISSN: 1982-1999

GÂNDAVO, Pero de Magalhães. Tratado da terra do Brasil : história da Província Santa Cruz, a que vulgarmente chamamos Brasil. 1570. <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/188899>

GARCIA, Anderson Marques. 2012. *Sítio Arqueológico do Pororó: um Cerrito na Mesoregião centro Ocidental*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação Profissional em Patrimônio Cultural, PPGPC, UFSM.

GODOY, Michel Marques; BINOTTO, Raquel Barros; SILVA, Rafael Costa da; ZERFASS, Henrique. 2012. *Geoparque Quarta Colônia (RS) Proposta*. Vol. 1. Disponível em: <https://rigeo.cprm.gov.br/bitstream/doc/17170/1/quartacolonia.pdf>, último acesso em 06 de março de 2020.

HISTÓRIA INDÍGENA. Disponível em: https://lemad.fflch.usp.br/sites/lemad.fflch.usp.br/files/lemad-dh-usp_hist%C3%B3ria_ind%C3%ADgena.pdf, último acesso em 23 de março de 2022.

KLAMT, Sergio C. 2005. *Uma contribuição para o sistema de assentamento de um grupo horticultor da tradição cerâmica Tupiguarani*. Série Conhecimento, 29. Santa Cruz do Sul, EdUNISC. ISBN: 978-8575780923

KLAMT, Sergio C.; MILDER, Saul E. S.; SOARES, André L. R. 2000. *Programa de salvamento arqueológico da UHE Dona Francisca, Agudo, RS*. Porto Alegre: CEP/UNISC; LEPA/UFMS. Relatório a CEEE.

LÉVI-STRAUSS, Claude. 1986. **O Olhar Distanciado**, Lisboa, Edições 70. ISBN: 9789724414683

LIMA, Taís Vargas. 2005. *Estudo das Representações Rupestres do Rio Grande do Sul, Brasil*. Tese de doutorado em Arqueologia, Programa de Pós-Graduação em História, FFCH, PUCRS, Porto Alegre.

MILDER, Saul E. S. *Projeto de Valorização do Patrimônio Arqueológico da Quarta Colônia de Imigração Italiana- RS*. 2010. Relatório Final Portaria IPHAN nº 7/Anexo III, e 28 de setembro de 2009. Processo Administrativo nº 01512.00049/2005-78. Outubro de 2010.

MILDER, Saul E. S.; CORRÊA, Guilherme. 2002. Projeto de salvamento do Monumento Funerário Cidade dos Meninos. Arqueologia e Educação Patrimonial.. In: *VIII Seminário de Iniciação Científica e VII Jornada de Ensino, Pesquisa e Extensão da UNISC*, 2002, Santa Cruz do Sul.

NOELLI, F. S., & SOARES, A. L. R. 2017. Para uma história das epidemias entre os Guarani. *Diálogos*, 1(1), 165-178. Recuperado de <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/37426>. issn 1415-9945

NOELLI, Francisco Silva. 2000. A ocupação humana na região sul do Brasil: arqueologia, debates e perspectivas - 1872-2000. *REVISTA USP*, v. 2, p. 218-269.

NOELLI, Francisco Silva. 2000. A ocupação humana na região sul do Brasil: arqueologia, debates e perspectivas - 1872-2000. *REVISTA USP*, v. 2, p. 218-269.

PADOIN, Maria Medianeira. 2020. *Quarta Colônia Imperial de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul*, disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/346/2020/08/Palestra-Medianeira-Hist%C3%B3ria-Quarta-Col%C3%B4nia-14-agosto-2020.pdf>, último acesso 12 de outubro de 2021.

PEREIRA, Gilson Laone. 2013. Ocupação pré-histórica do litoral norte gaúcho: um olhar sobre o invisível. Dissertação de Mestrado, PPGH- PUCRS, Porto Alegre.

RIBEIRO, Bruno Leonardo R. 2016. A tradição Vieira vista de outra perspectiva: uma análise tecnológica ontologicamente orientada (e interpretada). *Revista de Arqueologia*, Volume 29, nº 1, p. 114-135. ISSN 1982-1999

RIBEIRO, Pedro Augusto Mentz-. 1991. *Arqueologia do Vale do Rio Pardo, RS, Brasil*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, PUCRS.

SOARES, André L. R. 2005. *Contribuição à arqueologia Guarani: estudo do Sítio Röpke*. Série Conhecimento, 30. Santa Cruz do Sul, EdUNISC. ISBN: 85-7578-099-9

SOARES, André L. R.; KLAMT, Sérgio Célio. 2005. *Antecedentes Indígenas: pré-história compacta do Rio Grande do Sul*. 1. ed. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 120p .

SOARES, André Luis R. ; NOELLI, Francisco Silva. 1997. PARA UMA HISTORIA DAS EPIDEMIAS ENTRE OS GUARANI. *Revista Diálogos*, Maringá, v. 01, p. 165-178. ISSN: 1415-9945.

SOARES, André Luis R. ARQUEOLOGIA, HISTÓRIA E ETNOGRAFIA: O DENOMINADOR GUARANI. *Fronteiras : revista de História*, Campo Grande, MS, 7(13): 31-61, jan./jun. 2003.

SUÁREZ, Rafael (2011) *Arqueología durante la Transición Pleistoceno Holoceno en Uruguay*. Componentes Paleoindios, Organización de la Tecnología Lítica y Movilidad CV Rafael Suárez 3 de los Primeros Americanos. Editado por British Archaeological Reports International Series 2220, Oxford. Inglaterra, 274 páginas. ISBN; 078-1-4073-0778-7

SUAREZ, Rafael. 2011. *Nuevas puntas para reescribir la prehistoria de Uruguay (y Sudamerica)*. Disponível em : https://www.researchgate.net/publication/273755561_Arqueologia_durante_la_Transicion_Pleistoceno_Holoceno_en_Uruguay_Componentes_Paleoindios_Organizacion_de_la_Tecnologia_Litica_y_Movilidad_de_los_Primeros_Americanos, último acesso em 12 de outubro de 2021.